

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e onze, pelas dezanove horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Batista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Grandes Opções do Plano para o ano de 2012;-----

-----2. Mapa de Pessoal para o ano de 2012;-----

-----3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2012;-----

-----4. Proposta de Alteração por adaptação do PDM ao POPNSAC;-----

-----5. Alienação do Edifício Sede da AMLEI;-----

-----6. Alienação de participação financeira da Sociedade WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.;-----

-----7. Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de passagem prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas;-----

----- 8. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro-----

----- **1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Manuel de Sousa Pires (Falta Justificada - PSD); Manuel Correia Vala (PSD – Falta Justificada) Maria Lídia Vieira Santos Coelho Semião (PS – Falta Justificada); Marta Teresa Ferreira Neto (PS – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Rita Cerejo, Anabela Martins e Luis Manuel Coelho de Almeida.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental. -----

----- **2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs depois a discussão e votação a ata da sessão anterior. Não havendo intervenções por parte dos deputados municipais, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação este documento, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com a abstenção de António Manuel Ferreira de Almeida.**-----

----- **2. LEITURA DO EXPEDIENTE:** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta.-----

-----Disse depois que recebeu um requerimento do deputado António Pires (PSD), onde este pede ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Porto de Mós, que no seguimento das fotocópias de parte do relatório da IGAL que fez chegar aos deputados municipais na última sessão da Assembleia Municipal, na qualidade de deputado municipal, que a exemplo do que sucede com a documentação da Assembleia Municipal, também lhe sejam enviados na íntegra os ficheiros digitalizados, que foram recebidos da IGAL, nos termos do ofício 3652 de 23.08.2011. Solicitou ainda que lhe fosse facultado ainda em formato digital o ofício 7275 de 09.10.2009, dirigido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal à IGAL. Solicitou também, atendendo a que se deve tratar de documento extenso, informação sobre a quem se dirigir, para no edifício dos Paços do Concelho consultar o Relatório da IGAL em caso de necessidade.-----

-----Continuou dizendo que respondeu ao deputado que o que lhe havia enviado não era parte do relatório, mas sim o relatório integral, tendo-lhe enviado novamente o mesmo em formato digital, bem como o ofício solicitado e também o primeiro relatório da IGAL, a que dizia respeito toda esta documentação, tendo o deputado requerente manifestado a sua satisfação com a documentação que lhe foi enviada.-----

-----Referiu depois que os senhores deputados receberam também o relatório do Tribunal de Contas que termina com todo este processo.-----

-----Felicitou depois a CINCUP pela conferência que promoveu no Cineteatro de Porto de Mós sobre o novo mapa administrativo do concelho, dizendo nunca ser demais o debate sobre estes assuntos e lamentando o facto de não ter podido estar presente, por motivos profissionais.-----

-----Sobre as ossadas dos militares do concelho que ficaram em Moçambique e Angola, disse que recebeu do senhor Presidente da Liga dos Combatentes, General Fernando Aguda, ofício nos seguintes termos:-----

-----Exmo Senhor-----

-----Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Em resposta ao v/ e-mail de 19 de abril do corrente ano, cumpre-me informar V. Ex^ª. que a equipa de missão da Liga dos Combatentes se deslocou a Chimoio, antiga Vila Pery, Moçambique, tendo na sua missão procurado vestígios da campa do furiel António Rosa Ferreira. Das diligências efetuadas e em razão do estado de abandono e de degradação em que o cemitério se encontra, não foi possível efetuar uma ação de reconhecimento adequada a nenhuma das campas procuradas e na qual se incluía a do furiel Ferreira. Desenvolvimentos futuros, quando a capinação do cemitério estiver efetuada poderão eventualmente conduzir à localização da campa, facto que reportaremos a V. Ex^ª. Na circunstância, e para melhor esclarecer o assunto, enviamos três fotografias daquele cemitério abandonado, as quais achamos esclarecedoras sobre as dificuldades encontradas, (referindo que as fotografias mostram um capim que dá quase pela cintura a um homem).-----

-----Disse ainda sobre este assunto, que o munícipe José Conteiro também lhe enviou um e-mail, dizendo que seria o caso de o Presidente da Junta de Freguesia de S. João Batista falar com o Padre do Tojal, para ver se se promovia contacto entre o Bispo de Leiria e o Bispo de Chimoio, a fim de se conseguir mais facilmente proceder a esta operação.-----

-----No que se refere a Angola, disse que o processo é mais lento dado que Cabinda é um caso delicado face a anexação à Angola e também porque proliferam muitas valas comuns onde foram

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enterrados milhares de corpos durante a guerra civil e embora o caso do Óscar esteja perfeitamente identificado, ainda é muito delicado, junto das autoridades de Angola fazer passar a ideia de levantamento das ossadas de militares.-----

-----Fez depois uma breve referência à ação de reflorestação que ocorreu em Alcaria, parabenizando aquela Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.-----

-----Referiu-se depois às iniciativas que a Banda Recreativa Portomosense tem vindo a realizar – Bandanima – congratulando-se com elas agradecendo os convites que têm vindo a ser formulados à Assembleia. -----

-----Continuou depois a referir-se às iniciativas tomadas no concelho e que lhe dão visibilidade, nomeadamente o Festival de Gastronomia de S. Bento, bem como o Prémio de Atletismo das Pedreiras e da Mendiga. -----

-----Referiu-se particularmente ao Prémio de Atletismo da Mendiga, por ali ter estado presente e ter constatado ser uma iniciativa que não pode cair atendendo ao numero de participantes que implica, sendo grande a sua relevância para o concelho de Porto de Mós.-----

-----Aproveitou o ensejo para desejar a todos um feliz Natal e um ano de 2012 em que as pessoas se juntem em torno de causas que valham a pena, desejando que esse ano seja de trabalho em prol da comunidade.-----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que iria intervir apenas para dar uma achega, dizendo que acha que está muito morno o debate autárquico no concelho, fazendo um apelo aos Presidentes de Junta para que dinamizem e discutam estes assuntos dentro de cada freguesia. Disse ainda, dirigindo-se aqueles, que pensassem as suas terras para daqui a vinte anos e não para hoje, porque os investimentos que irão ser feitos, têm que ter em conta essa realidade. Acrescentou ainda que as terras não acabam nem perdem a sua identidade pelo facto de não serem sedes de freguesias, e que logo que saia a legislação definitiva, essa documentação chegará a todos os deputados e marcará uma assembleia extraordinária donde sairá uma proposta acerca do Município. -----

-----Disse ainda que foi aqui aprovada na última sessão uma moção que foi entregue na Câmara Municipal, dizendo querer perguntar ao senhor Presidente o que acha daquela e qual é o pensamento da Câmara em relação a ela – moção de atribuição de prémios aos melhores alunos deste concelho.-----

António da Conceição Ferraria (CDU):-----

-----Referiu-se aos ecopontos que estão colocados na freguesia da Mendiga, dizendo que são poucos. Usando da palavra passou a referir o mau estado em que se encontram algumas estradas na zona serrana, nomeadamente a que liga Covão do Frade a S. Bento. Fez depois também uma breve referência à fusão das freguesias, dizendo que as juntas de freguesia são os órgãos do poder autárquico que estão mais próximas das populações, pelo que em todo este processo as populações devem ser ouvidas.-----

António José Meneses Teixeira (PS):-----

-----Referiu-se à iniciativa que está prevista para plantação de árvores em S. Jorge na zona de salvaguarda dizendo que à luz da atual lei, esta devia também ser também objeto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhamento por parte de um arqueólogo, pedindo que a Câmara se pronunciasse em relação a isto.

Ana Maria Martins Narciso (PSD):

Interveio, começando por fazer um reparo ao envio tardio da documentação relativa a esta sessão, dizendo que apenas a conseguiu levantar a 13 de dezembro e que apenas três dias é muito pouco tempo para a analisar, pedindo que o Regimento seja respeitado.

Referiu-se depois à moção que aqui foi aprovada na última sessão, relativa à criação do prémio Oliveira Perpétua, tendo sido entregue um regulamento à Câmara Municipal, tendo-lhe sido dito na altura que este teria que ser concertado com os outros regulamentos. Disse depois que, em sua opinião, este prémio merecia um tratamento autónomo, pela sua natureza, e que esperava vê-lo integrado já na presente ordem de trabalhos, lamentando que assim não seja, pois é sabido que existindo um tempo para que seja instituído e divulgado, nesse entretanto o ano letivo termina sem que nada tenha acontecido.

O senhor Presidente da Assembleia passou a esclarecer, quanto ao envio da documentação referente a esta sessão, que a reunião de Câmara foi no dia 6 de dezembro e que os documentos foram para os membros da Assembleia Municipal no dia seguinte, dia 7, tendo ele próprio recebido esses documentos em Lisboa no dia 9.

Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):

Começou por dizer que queria desejar um feliz Natal a todos os presentes. Continuou depois dizendo que apesar de ter sido feita uma alteração ao Regimento da Assembleia antecipando a hora de início da sessão para as 19 horas, quando o agendamento da mesma se revestisse de particular complexidade, considera que é um pouco cedo para quem trabalha.

João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):

Usando da palavra disse que o assunto que o levou a pedir a mesma tem a ver com o facto de a freguesia do Juncal estar a ser confrontada com o facto de os CTT estarem a tentar transformar a estação dos correios do Juncal, que existe há mais de 40 anos, num posto e pressionando para que a Junta de Freguesia ficasse com ele. Continuou dizendo que a questão se agudizou nos últimos tempos tendo sido dito à Junta de Freguesia que a decisão é da Administração dos CTT e que se a Junta não ficasse com o posto, este seria entregue a privados. Disse depois que o que pretendia era pedir à Assembleia Municipal que, dentro daquilo que a Câmara já aprovou, fosse aprovada uma moção de apoio em defesa da manutenção da estação dos Correios do Juncal, sendo de interesse público manter o serviço tal como está.

Fez depois uma breve menção à reforma administrativa do país fazendo alusão à experiência que se está a desenvolver em Pombal ao nível de três freguesias.

O senhor Presidente da Assembleia disse que depois iria pedir ao senhor Presidente da Câmara que dissesse o que é que a Câmara efetivamente aprovou relativamente ao assunto dos CTT, e se a Assembleia concordasse podia-se associar à Câmara no âmbito dessa moção.

Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):

Disse que é referido no Plano de Atividades que o Polo Escolar de Pedreiras avançará ainda este ano, perguntando qual a data que está prevista para o início da construção.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Perguntou depois, quem é o responsável pela administração do pavilhão do Juncal, se a Câmara, a Junta de Freguesia ou o clube pois por vezes há problemas com as aulas de ginástica e as pessoas não sabem com quem hão de contactar.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (PS – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire):**-----

-----Começou por perguntar para quando o atendimento camarário em Mira de Aire. Fez depois uma breve alusão à reorganização administrativa do país, nomeadamente no que se refere às freguesias, dizendo que há toda uma identidade e história que tem que ser preservada. Por fim, dirigindo-se à comunicação social, disse que os habitantes de Mira de Aire são Mirenses e não Mindricos.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (PS – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra):**-----

-----Começou por referir-se aos trabalhos que tem vindo a ser executados na Avenida Sá Carneiro, elogiando a forma como foi valorizado um dos materiais da região, que é a pedra, realçando o trabalho de aplicação que ali foi feito.-----

-----Um outro aspeto que passou a frisar, foi o acesso que foi feito na zona industrial de Mira de Aire passando a tecer algumas considerações quanto às zonas industriais do concelho. Disse ainda que todos os dias fecham empresas e se extinguem postos de trabalho ficando as terras com uma população muito envelhecida porque as pessoas têm de sair daqui em busca de novas oportunidades. Acrescentou ainda que este concelho tem três zonas industriais todas bem localizadas sendo que a de Mira de Aire apenas têm ocupados seis lotes, a de Juncal, não consegue precisar e a de Porto de Mós, tem ainda um lote da 1ª fase por ocupar e dez ou onze da 2ª fase. O que se ouve depois dizer é que há falta de espaço para instalação de indústria dizendo haver aqui qualquer coisa que não bate certo. Sobre esse assunto, disse ainda que sabe que há regulamento que têm prazos previstos e uma vez que se está a preparar a 3ª fase da zona industrial de Porto de Mós, que irá pôr no mercado mais 22 lotes, devia haver uma tomada de posição da Câmara e eventualmente até apreciação aqui na Assembleia Municipal da situação das zonas industriais existentes no concelho. Disse achar que seria pertinente que se fizesse um levantamento de toda essa situação e que se desse um sinal claro aos potenciais concorrentes interessados na 3ª fase, de que a Câmara está aqui para desenvolver o concelho e para promover e ter um instrumento capaz de agarrar em investimento quando ele apareça. Continuou ainda dizendo achar que seria pertinente trazer a esta assembleia a possibilidade de venda a preços simbólicos dos lotes da Zona Industrial de Mira de Aire, pois o desenvolvimento desta representaria muito emprego para a população de Alqueidão da Serra.-----

-----Fez depois uma breve menção à reorganização do mapa administrativo do país, dizendo que não se sente em condições de andar a tentar promover a tentativa de agregação de uma freguesia a outra, sem saber que ganhos para as populações daí podem advir. Disse ainda que o que existe é uma tentativa de pressionar os presidentes de Junta a tomar posições e a defendê-las perante as pessoas, dizendo que isto carece de outro tipo de estudo.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu que na última sessão da assembleia municipal foram aqui levantadas suspeições de omissões por parte da sua pessoa. Disse ser incapaz de o fazer porque acima de tudo, tem dignidade e responsabilidades sendo que jamais ocultaria documentos aos senhores deputados da Assembleia Municipal, tanto mais que, não sendo obrigado a fazê-lo, mandou para todos o respetivo documento. Continuou esclarecendo, que o relatório que foi enviado à Câmara Municipal, com a referencia 101600, referia concretamente na página 2, que “os autores dos factos encontram-se identificados no quadro de eventuais responsabilidades financeiras, folhas 15 e 17 do relatório” e o que foi aqui objeto de suspeição, foi que estas folhas 15 e 17 teriam sido sonegadas por parte do Presidente da Câmara.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda que na altura teve oportunidade de dizer que estas folhas 15 e 17, remetiam para outro relatório, que passou a exhibir, dizendo pensar que esta situação está resolvida, referindo que seria impensável sonegar qualquer documento aos deputados municipais, rejeitando firmemente as suspeições que aqui foram levantadas. Continuou dizendo que neste momento, o processo terminou arquivado.-----

-----Continuou depois dizendo que o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** e depois a deputada municipal **Ana Narciso**, se referiram aqui ao Regulamento de atribuição de prémios aos melhores alunos, dizendo que o mesmo se encontra em fase de conclusão e que prevê a atribuição deste prémio, dizendo que cabe a esta Assembleia a sua aprovação em fase final. -----

-----A **António Ferraria** respondeu, acerca dos vidrões/ecopontos que são disponibilizados pela Valorlis, com a qual a Câmara tem um protocolo, tem um rácio em função do número de habitantes. Quanto à estrada da Bezerra/Portela de Vale de Espinho, disse que esse é um dos documentos que traz aqui hoje para aprovação, reconhecendo que aquela se encontra de facto em muito mau estado. Disse depois quanto a S. Bento que esta freguesia tem as ruas mais degradadas do concelho porque o alcatroamento em S. Bento, foi feito durante muitos anos pelo sistema de rega, que tem uma duração muito limitada. Referiu ainda que está previsto no Orçamento o abastecimento de água ao Cabeço das Pombas, sendo que depois essa estrada levará o alcatroamento.-----

-----A **António Meneses Teixeira**, disse que este tinha toda a razão acerca da plantação de árvores, dizendo que já foi assim aquando da plantação do pinhal que está junto à Capela de S. Jorge não tendo havido o cuidado de acautelar as questões que ali estão bem visíveis, esperando que essa situação seja corrigida por parte das entidades responsáveis por essas iniciativas, pois não faz sentido que para se reparar uma conduta de água naquela zona tenha que haver acompanhamento arqueológico.-----

-----Quanto a **Ana Narciso** respondeu que é testemunha do esforço que os funcionários fizeram, para que no dia 7 de dezembro seguisse toda a documentação para todos os membros da Assembleia.-----

-----A **João Coelho** disse que o que está aqui em causa é demasiado penalizante para toda aquela região com toda a dimensão populacional e económica que tem. Assim, disse, a Câmara já se associou à petição da população, dizendo fazer sentido que a Assembleia Municipal também se associe, uma vez que estão aqui interesses duma região, devendo daqui sair um documento conjunto no sentido de ser revista a possibilidade da estação dos correios sair da vila do Juncal.-----

-----Respondeu depois a **Olga Silvestre**, dizendo que a escola de Pedreiras para todos os efeitos já começou, tendo sido já feita a desmatização e a vedação para que a mesma possa ter início assim que estiverem terminadas as formalidades legais.-----

-----A **Artur Vieira**, disse que neste momento já está a ser feito algum atendimento camarário em Mira de Aire pela funcionária do GIP(Gabinete de Inserção Profissional), estando a ser ultimada a questão da parte informática para que se possa avançar de forma plena tanto em Mira de Aire como no Juncal.-----

-----A **Rui Marto** disse que efetivamente as avenidas são uma boa amostra dos recursos do concelho dizendo ser uma obra que valoriza a zona urbana de Porto de Mós.-----

-----Quanto ao acesso à zona industrial de Mira de Aire, disse que está lá uma excelente rua, que até já está a servir de desvio a muita gente, tendo havido uma grande correção no traçado daquela estrada. Fez ainda um breve comentário acerca da situação económica do país e da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

região que leva, cada vez a que as pessoas tenham que sair do país para trabalhar. Quanto à zona industrial de Porto de Mós, disse que esta ficará com dois dos principais nós de acesso do IC9, ficando assim, em termos rodoviários, no centro de Portugal, constituindo esse facto um valor acrescentado para esta zona industrial. Referiu ainda que foi vendido mais um lote para permitir a instalação de mais uma empresa nesta zona industrial que irá criar mais 30 ou 40 postos de trabalho, estando já o projeto na Câmara em fase de aprovação.

-----Quanto às considerações que este interveniente teceu acerca da reforma administrativa, disse comungar das suas palavras concordando com o interesse e o valor que as juntas de freguesia têm perante as populações.

-----O senhor Presidente da Assembleia pediu que o senhor Presidente da Câmara dissesse qual havia sido a deliberação da Câmara no que respeita à problemática da estação dos correios de Juncal, tendo este respondido que a Câmara deliberou associar-se ao abaixo assinado apresentado, manifestando a sua preocupação pelo eventual encerramento da referida estação, até porque aquela serve uma zona de grande potencial económico, servindo muitos empresários na liquidação dos seus impostos.

-----O senhor Presidente da Assembleia propôs então que esta se associasse igualmente ao texto do abaixo assinado referido, tendo **Virgílio Casimiro** também intervenido para dizer que o apoio da Câmara e da Assembleia nesta questão é muito importante nesta negociação com os CTT. Este interveniente, referiu-se depois à questão da reforma administrativa dizendo que este é um assunto muito importante para as pessoas e que carece de algum estudo devendo haver um debate mais alargado do assunto. O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que assim que houver legislação definitiva por parte do Governo, será enviada para todos os deputados da Assembleia e em tempo oportuno marcar-se-á uma sessão extraordinária.

-----PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----**Miguel Carreno:**-----

-----Referiu o estado de degradação dos caminhos junto ao IC9. Fez depois menção aos passeios executados no concelho e terminou dizendo que o convidado para o próximo espetáculo da Bandánima será o senhor Presidente da Assembleia Municipal.

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que o que ficou acordado com todas as partes envolvidas, foi fazer-se no final da obra uma análise a todos os pavimentos de estradas que deram acesso às obras do IC9 exigindo a Câmara que esses sejam repostos na sua totalidade.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Grandes Opções do Plano para o ano de 2012;-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra referiu que queria partilhar com a Assembleia Municipal, a satisfação que sente por tudo o que foi dito no auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa acerca do grau de execução do POVT a nível nacional, tendo o concelho de Porto de Mós sido referido pela positiva manifestando o seu regozijo pelo dever cumprido em prol do desenvolvimento do concelho.

-----Quanto ao Plano de Atividades manifestou a sua apreensão relativamente ao ano que se avizinha e em que a palavra chave é austeridade dizendo que iria tentar cumprir a velha máxima de S. Francisco de Assis, que diz, que "comece por fazer o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você está fazendo o impossível", sendo esse o grande desafio para 2012.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao documento em questão, disse que se iria abster de ser exaustivo, já que o documento foi distribuído por todos os presentes, dizendo apenas querer referir algumas questões.---

-----Referiu-se concretamente aos quartéis da GNR de Mira de Aire e Porto de Mós, dizendo que estava prevista a visita do Secretário de Estado àquelas instalações, mas que como este se demitiu, a visita ficou sem efeito, estando agora para agendar uma reunião com o seu sucessor para tratar desta problemática.-----

-----No que diz respeito à Proteção Civil e Luta contra Incêndios, está prevista a implementação do Plano de Emergência nas Escolas, com a colocação de extintores, detetores de incêndios.-----

-----Uma outra obra que se fez questão de ficar em aberto é a helipista de Alcária, dizendo que está ali uma unidade que nos deve orgulhar a todos, sendo importante para a segurança de uma região bastante vasta, salientando a importância da presença desta força militarizada nesta zona que abrange todo o parque natural e se estende até ao litoral. Disse ainda que esteve comprometida a presença dos GIPS em Alcária, mas com a vinda do senhor Major General a Alcária, ele próprio, tendo ficado maravilhado com o que viu, de imediato disse que Alcária era para continuar.-----

-----Referiu ainda que existem cento e sessenta e cinco mil euros afetos aos Bombeiros, não contando com o dinheiro do terreno dizendo que é bem aplicado e que se irá equipar uma viatura para servir de comando aos três corpos de bombeiros do concelho tendo havido este acordo, o que acha bem de forma a racionalizar custos e ganhar escala em termos de investimento.-----

-----No que se refere ao ensino básico, disse que o que aqui existe em termos de maior relevância tem a ver com a construção do Centro Escolar de Pedreiras que está aqui dotado com custos, suportando integralmente o próprio município essa construção, uma vez que as comparticipações não podem ficar aqui enquanto não estiverem consignadas, ou seja, enquanto não houver contrato assinado, pelo que essa verba, sairá para já, integralmente dos cofres do município, se bem que seja perspectiva da Câmara fazer a candidatura, até porque, disse, Porto de Mós deve ter acesso, em termos de Bolsa de Mérito do QREN, a esse Polo Escolar.-----

-----Chamou depois a atenção para a aquisição do terreno para ampliação da escola básica de Porto de Mós, dizendo que este documento tem de ser aprovado porque se trata aqui de um investimento plurianual, sendo que o acordo que existe com a proprietária do terreno, Dr^a Madalena Tabau, é adquirir o terreno pelo montante global de trezentos mil euros, e que as condições de pagamento que foram acordadas com ela será pagar cem mil euros por ano.- Continuou dizendo que isto tem de ser aprovado por esta Assembleia uma vez que existem compromissos financeiros que passam para o mandato seguinte.-----

-----Referiu depois as verbas destinadas aos serviços auxiliares de ensino que no orçamento têm uma expressão de cerca de 1,4 milhões de euros, estando aqui implícitas situações sociais. Continuou dizendo que, quando os senhores vereadores da oposição, no documento que apresentaram de votação do Plano de atividades vêm referir a insensibilidade para as questões sociais no orçamento, pergunta se estes estavam atentos ou se perceberam o que aqui está implícito, perguntando ainda se têm a noção que a Câmara subsidia a 100% cerca de trezentas refeições por dia aos alunos com mais dificuldades económicas e questionando se isto não é ação social. Disse depois que o valor que a Câmara está a participar para a Unidade de Cuidados Continuados também tem a ver com ação social e que se traduz num subsídio de quatrocentos mil euros. Disse ainda que estas coisas não se podem separar e que os valores que estão aqui plasmados são significativos tendo muitos deles a ver com questões sociais, pedindo para que o executivo não seja acusado de ser insensível a questões sociais. Disse ainda que foi publicado no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

jornal "O Publico" que Porto de Mós está nos primeiros 25 concelhos do país na relação que tem em termos de apoio social às famílias carenciadas.-----

-----No que se refere ao ordenamento do território, disse que o PDM continua em alteração encontrando-se neste momento parado e dizendo que teve uma reunião com o senhor Secretário de Estado Daniel Campelo onde manifestou a sua preocupação relativamente ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, no que diz respeito aos aglomerados urbanos. Referiu ainda que foi muito grave o que o ICNB fez, ao não ter em consideração as reuniões que houve com os municípios, no âmbito da análise dos aglomerados urbanos para o concelho. Disse depois que neste momento as coisas estão bem encaminhadas para se ultrapassar esta divergência, devendo as reuniões ser reiniciadas em janeiro.-----

-----Disse ainda que continuam a estar previstos a execução de passeios, que contribuem para a segurança dos peões deste concelho tendo referido que foi também criticado pelos senhores vereadores da oposição no documento que apresentaram votando contra, que disseram que há muito dinheiro para passeios quando se poderiam ter outros cuidados, referindo que em sua opinião a segurança das pessoas é importantíssima. -----

-----Referiu-se depois entre outras questões ao Plano de Salvaguarda de S. Jorge dizendo que já reuniu com a Direção Geral de Cultura do Centro e com o IGESPAR, dizendo que o processo está a avançar estando a ser preparado para lançar os convites a pelo menos cinco gabinetes, conforme imposição legal.-----

-----No que se refere ao saneamento, disse que se continua a apostar no saneamento de Mira de Aire, sendo necessário dar continuidade ao processo, estando os munícipes a ser notificados para se ligarem à rede de saneamento.-----

-----Seguidamente a atendendo à interligação entre as grandes opções do plano e do Orçamento para a ano de 2012, foi acordado que se passaria a discutir este ultimo conjuntamente com o primeiro.-----

-----Assim sendo, o senhor Vice-Presidente passou a usar da palavra para fazer a apresentação do ponto 3 da ordem de trabalhos - **Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2012.**-----

-----Começou por dizer que não se iria alongar muito na explanação deste assunto, dizendo que as dificuldades na elaboração deste orçamento foram acrescidas, tendo havido uma redução da receita prevista e real e também pelo momento que se vive, que leva a que não se descurem situações no âmbito do apoio social. Disse ainda que o orçamento tem um valor global de vinte e três milhões, cento e noventa mil euros o que significa uma redução global de cerca de 12% face ao orçamento inicial de 2011.-----

-----Continuou dizendo que a gestão das Câmaras Municipais se está a tornar cada vez mais difícil porque há variáveis com um peso enorme na despesa corrente que não se controlam – e que são fundamentalmente as despesas com o pessoal, recolha e tratamento de resíduos sólidos, a eletricidade e outros que tais, que somam entre 65 a 70% do volume total da despesa corrente.-----

-----Disse depois que no que se refere aos anos de 2011 e 2012, a Câmara recebe cerca de um milhão de euros a menos do estado.-----

-----Terminou dizendo que este é um documento sério, o orçamento possível, pelo que deve merecer a aprovação por parte desta Assembleia.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que queria dar os parabéns à Câmara Municipal pelo esforço efetuado referindo o rigor e austeridade dos documentos apresentados.-----

-----Disse ainda que lhe parece ser um plano equilibrado nas suas vertentes económica, cultural e social. Disse depois que queria deixar uma nota de rodapé em relação às palavras do senhor Presidente da Câmara relativamente ao tema da crise e austeridade manifestando a sua apreensão não só relativamente à situação de Portugal mas a nível dos 27. Disse ainda que a sua posição é pública e que na madrugada do dia 9 de dezembro de 2011, os 27 vieram dar razão à sua leitura. Continuou dizendo que é impossível na sua ótica de historiador verificar que há uma imposição de 0,5 do PIB de todos os países, havendo automaticamente a partir deste valor, sanções sobre os países, sendo 60% dos orçamentos para despesa, dizendo que isto é impensável para qualquer país do sul da Europa porque foi desmantelada a nossa indústria pesada, frota pesqueira e outras atividades que eram a força da nossa economia, ao contrário do que aconteceu com a Alemanha. Disse ainda da necessidade de dizer à Alemanha e à França que quem manda são 27 e não 2.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Referiu que a quebra de receitas é algo que o preocupa e que também deve preocupar o executivo. Referiu ainda que a situação é complicada do ponto de vista social e económica, mas são o Plano de Atividades e Orçamento que existem pelo que será com eles que se terá que trabalhar.-----

-----Referiu-se depois à problemática da agricultura dizendo que a desertificação começa a ser uma realidade e o empobrecimento das populações rurais também.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Usando da palavra dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo que ele fez aqui menção ao saneamento, perguntando se a ligação dos munícipes é obrigatória e de que forma o pagamento poderá ser faseado.-----

-----Disse depois que no tempo em que foi vereador o senhor arquiteto Jorge Cardoso havia a intenção de instalar dois campos de ténis em Mira de Aire, perguntando em que ponto se encontra essa situação. Questionou depois ainda sobre a possibilidade de alguma intervenção no pavilhão gimnodesportivo de Mira de Aire, que é mais antigo que o pavilhão gimnodesportivo de Porto de Mós, com um orçamento de mil euros para 2012 e cinco mil euros para 2013, quando para o pavilhão de Porto de Mós estão previstos para 2012 setenta e cinco mil euros e vinte mil para 2013.-----

-----**António de Oliveira Vieira Rogério (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD)**-----

-----Teceu algumas considerações às obras previstas para a sua freguesia, nomeadamente quanto à construção do pólo escolar, à extensão da conduta da Moitalina/Pinhal Verde, rotunda do IC2 e requalificação da rua do parque de campismo entre outros, dizendo que se estas obras se concretizarem a freguesia a que preside ficará satisfeita.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que queria começar por dizer que o Plano de Atividades e Orçamento na opinião do executivo é o melhor, mas como todos somos diferentes a sua opinião também é diferente da daquela. Assim, na atual conjuntura económica e social, com o exponencial crescimento do desemprego, famílias carenciadas, jovens com dificuldades económicas em continuar a estudar e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

idosos sem recursos económicos, seria previsível que este Orçamento e Plano fosse excecional para a atual situação de exceção. Continuou dizendo que estes Orçamento e Plano não foram planeados a pensar nas pessoas e no agravamento dos problemas dessas mesmas pessoas. Este executivo socialista não tem retratado nestes documentos a sua função excecionalmente solidária que devia ter, por exemplo, cada vez mais as famílias não têm possibilidades de pagar a renda de casa ou a prestação ao banco, para comprar bens essenciais ficando muitas vezes sem teto ou passando fome e a prova disso é o aumento exponencial das insolvências até pessoais. Cada vez mais os idosos não tem possibilidade de adquirir medicamentos e outros bens essenciais, colocando em causa a sua saúde e até a saúde pública. Cada vez mais os estudantes do ensino superior tem de abandonar os estudos por carência económica, dizendo que aqui deveriam estar previstas bolsas de estudo. Seguramente em 2012, as câmaras municipais do país, e esta não será exceção, assumirão uma redobrada importância a nível social, dizendo pensar que a ação devia neste orçamento ser reforçada, o que não acontece nestes documentos .-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):**-----

-----Começou por dizer que queria louvar a redução de 12% no orçamento, na sua globalidade. Referiu depois que fez um pequeno estudo acerca da execução orçamental tendo feito uma média de 2008 a 2010, tendo verificado nas despesas correntes uma taxa de execução de 82%.-----

-----Disse ainda que gostava de congratular o executivo pelo facto de a satisfação das necessidades básicas ocuparem 40%, sem contar com a educação porque senão passaria dos 50%.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra, referiu que num país à mingua, onde toda a gente reclama mais recursos, este concelho não será exceção a esta regra. Também aqui os recursos disponíveis não podem satisfazer todas as necessidades. Fazer escolhas bem feitas, não desperdiçando recursos, aplicando-os apenas em carências verdadeiramente sentidas pela população e depois discutidas com os seus representantes. Não se deve gastar nem um cêntimo que não sejam em necessidades reais, nunca fazer coisas que não sejam reclamadas e não sejam consideradas prioritárias. Fazer previsões a um ano, no momento presente é extremamente arriscado e falível dado não ser previsível o que vai suceder amanhã, por isso todos os decisores e em todo o mundo vão ajustando permanentemente as suas previsões. Existem sempre dúvidas nas melhores escolhas a tomar, na quantificação dos valores que estão associados a essas escolhas. Analisando esta situação em concreto, disse que lendo o orçamento fica imediatamente na retina, que para 2012, a grande interrogação que se coloca no financiamento das atividades tem a ver com as receitas previstas do QREN que atingem cerca de 4,5 milhões de euros. Assim se estas receitas não se vierem a receber substancialmente, tal falha irá significar um rombo muito significativo no orçamento podendo ficar em causa a realização de muitas atividades. O mesmo se pode repetir para o valor relativo a venda de bens de investimento com a designação de "sociedades e quase-sociedades não financeiras" onde está incluído o valor de novecentos e noventa mil euros, pedindo para ser esclarecido acerca da natureza deste valor. Através do mapa das atividades mais relevantes para 2012, disse ter sido com alguma surpresa que verificou que os maiores valores se referem a serviços auxiliares de ensino atingindo esta conta o valor de um milhão trezentos e setenta mil euros, representando este valor mais de 10% do valor total da despesa corrente, pelo que solicita que o informem sobre quem executa estes trabalhos e se o município tem alguma intervenção ou controle sobre estas atividades, por entender que cabem na esfera do estado não sabendo se não serão reembolsadas por este. Disse ainda que relativamente a este valor, os quatrocentos mil euros de transferência para as freguesias parece ser extremamente reduzido.-----

-----Na página 2 do documento e na página 7 do documento mais desenvolvido, aparece a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rubrica de rendimentos de propriedades com o valor de um milhão e trezentos e setenta e um mil euros e tendo procurado, porque ela está com a designação de "outros", verificou que o mesmo está descrito na página 22, e que este valor se refere a rendas da EDP e do Parque Eólico de Chão Falcão, solicitando que de uma forma aproximada lhe fosse dito quem tem a maior componente, se a EDP ou o Parque Eólico, porque provavelmente será a maior receita corrente deste município, aproveitando ainda para perguntar se estão previstos mais investimentos eólicos no concelho de Porto de Mós.

-----Ainda no que diz respeito ao pessoal, e dado que se espera quebra na ordem dos 9,2%, perguntou se a mesma é devida fundamentalmente a redução de salários, ou redução de pessoal, ou um mix de ambas.

-----Terminou dizendo que considera que foi feito um trabalho de fundo equilibrado, pelo que votará favoravelmente o documento.

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**

-----Disse que a pergunta que queria pôr à Câmara era se um dia destes, não houver transferências para Portugal, fruto do problema europeu que se vive neste momento, que medidas é que a Câmara está a tomar para efeitos de redução de despesas para se poder adaptar aos novos tempos.

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que queria que ficasse clara uma situação e que era a de que ninguém levantou suspeição nenhuma à pessoa do senhor Presidente da Câmara, apenas foi posta uma questão sobre um documento que foi apresentado, acerca de umas páginas que na altura não ficou esclarecido, e que agora sim está esclarecida a situação e que se o senhor Presidente da Câmara tivesse dado na altura a resposta pretendida tinha acabado ali a questão. Continuou dizendo que essas questões foram colocadas no âmbito da lei que estabelece o quadro de competências dos órgãos dos municípios, pois no seu artigo 53º, nº 1 alínea i) compete à assembleia municipal conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de ações tutelares ou auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços municipais. Foi pois no uso dessa prerrogativa que pediu esclarecimento na altura, não se tratando de suspeição, dado que na altura não foi dado cabal esclarecimento sobre o assunto.

--Relativamente ao ponto em discussão disse que o orçamento e as grandes opções do plano são dois documentos importantes no que diz respeito à implementação, controle e desenvolvimento do concelho. No entanto, não se compreende como é possível apresentar-se um orçamento, num contexto de enorme crise e de retração de todos os setores económicos do concelho e do país, apenas com uma ligeira redução em relação ao ano anterior. Disse ser obrigado a concluir que se está na presença de mais um orçamento que revela empolamento. Sendo o orçamento e as grandes opções do plano dois documentos de especial relevância, disse não perceber como é possível não apresentarem propostas concretas na área da ação social, ainda para mais tendo em consideração que 2012 será um ano muito difícil para as famílias e para as empresas. Desta forma, sendo a ação social uma área de apoio às pessoas e tendo presente a conjuntura económica que atravessamos e que se vai agravar drasticamente em 2012, deverá esta autarquia acompanhar de perto a evolução dos efeitos negativos que a crise económica vai trazer a nível social com o aumento do desemprego. Por esta razão, considera que esta área deveria conter um esforço de investimento no sentido de poder vir a contemplar um conjunto de propostas de apoio às famílias com mais dificuldades, principalmente famílias com situação económica difícil devido a desemprego e nomeadamente a casais com desemprego mutuo ou de perda de subsidio de desemprego.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Na área do saneamento, disse que viu que é obrigatório que entre 2013/2015 o concelho tenha uma taxa de cobertura muito superior à que existe, pelo que pensa que deve ser efetuado um acordo mais alargado temporalmente, no sentido de ser reforçada esta área fundamental.-----

-----Nas áreas de apoio ao comércio e turismo, constatando o grau de preocupação que impera no nosso concelho nestes setores e o facto de as lojas estarem a fechar, e tendo este concelho potencialidades em termos de património natural e histórico, o valor de mil euros inscrito é exemplo do desinvestimento feito nestas áreas. -----

-----No desenvolvimento económico é apenas contemplada a continuação da 3ª fase do parque industrial de Porto de Mós, sem que esteja prevista qualquer alteração por conversão deste parque num verdadeiro centro de acolhimento de empresas. Os parques industriais de Mira de Aire e de Juncal continuam esquecidos nas suas limitações.-----

-----Na área da educação continuam-se a fazer investimentos conexos, sem estratégia, sem objetivos definidos, colmatando apenas situações que careciam no plano global que se preparasse o parque escolar para o desafio do futuro. No final deste mandato, somando o que foi investido no mandato anterior, vamos chegar perto dos sete milhões e meio de euros investidos, não obstante, continuaremos com um dos piores parques escolares do distrito de Leiria.-----

-----A redução efetuada ao apoio ao movimento associativo, cultural e desportivo que tem expressão mais uma vez neste orçamento, será mais um forte contributo para a forte estagnação do concelho em áreas tão importantes como o desenvolvimento social e humano. -----

-----Continuou dizendo que este orçamento insiste numa aposta forte em passeios, com cento e cinquenta mil euros, com prejuízo do apoio a famílias carenciadas, com cinco mil euros, e do abastecimento do espaço social da câmara, com outros cinco mil euros. Em suma, este orçamento e estas grandes opções do plano para 2012 em nada contribuirão para a resolução dos problemas estruturantes do concelho. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS)**-----

-----Usando da palavra disse que iria falar sobre o Juncal que é a sua freguesia, dizendo não saber o que lá se vai fazer, frisando que se trata da segunda freguesia do concelho. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu que muito se fala em poupar, mas que não se fala em poupar em algumas rubricas, tais como nas deslocações dos trabalhadores da Câmara à hora de almoço que, quando estão a trabalhar no Juncal vêm almoçar a Porto de Mós a expensas do município, dizendo que estão previstos dois mil e trezentos euros de gasóleo por mês, referindo que não viu aqui cortes nenhuns. No que toca ao saneamento perguntou ainda se já tinha havido alguma fiscalização às habitações que estão ligadas diretamente às águas pluviais. Disse ainda que esta fiscalização também faria com que se poupasse. Sugeriu ainda como fonte de receita para o município a colocação de parquímetros no parque atrás do edifício da Câmara, porque da forma como está esse parque apenas serve os trabalhadores da Câmara e não os munícipes que se dirigem aos serviços.-----

-----**Carlos Alberto Vieira da Rosa (PSD)**-----

-----Disse que apenas queria referir duas pequenas notas: nas grandes opções do plano para 2012, na rotunda Colos/Alqueidão da Serra, disse esperar que um dia não venha a ser considerado como dinheiro gasto da freguesia de Alqueidão da Serra que ainda está a uns bons metros da rotunda futura que é freguesia de S. João Batista, embora a estrada do Alqueidão aí venha ter. Quanto ao orçamento, disse que se fala numa verba de vinte mil euros para aluguer de contadores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de água, dizendo achar que isso já não existe e que agora se chama tarifa de disponibilidade.-----

-----Continuou depois dizendo que gostou de ver aqui a hipótese da segunda edição do livro que se fez aquando das comemorações do foral de Porto de Mós, sendo uma obra documental muito importante para o concelho, lembrando que há outra obra muito importante para o castelo de Porto de Mós de autoria de D. Luciano Justo Ramos de Mira de Aire, com prefácio do Professor Veríssimo Serrão, cuja segunda edição se fez quando ele era vereador, estando esgotado, e parece ser o melhor documento que existe, dito por historiadores, sobre o castelo de Porto de Mós, pedindo para que a Câmara equacione a hipótese da sua reedição.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu que desde 2005 até agora, o município já dispôs de mais de quarenta milhões de euros, valor destinado a investimento, para pensar que fazer desta terra, e como desenvolvê-la. Disse ainda que este orçamento e este plano de atividades, à semelhança dos anteriores, é tudo menos sustentável no futuro. As opções como são feitas, de forma solta levam-nos a olhar para trás e a ver os recursos havidos e o que é que foi construído. No que toca ao saneamento básico referiu foram feitas algumas coisas pontuais, nomeadamente no saneamento de Mira de Aire, perguntando se existe alguma planificação mínima de forma a saber que caminho é que se vai seguir e onde é que se irão buscar os recursos. -----

-----Quanto à educação referiu que se andaram a fazer algumas salas em algumas escolas, nomeadamente na sua freguesia, dizendo que isso não é maneira de se aplicarem bem os recursos, porque mais terão que ser feitas correções ou por excesso ou por defeito.-----

-----Referindo-se depois ao turismo, disse que este é essencial para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente na zona da serra. Disse que não conhecia um plano minimamente estruturado neste âmbito de forma a saber-se o que se quer atingir e as verbas consignadas no orçamento são perfeitamente diminutas nesta matéria.-----

-----Quanto ao desenvolvimento económico, referiu-se à zona industrial dizendo que é a única coisa que tem um caminho definido, pese embora o facto de se ter perdido muito tempo e de existirem os problemas que existem relativamente às zonas industriais de Mira de Aire e de Juncal.-----

-----Terminou depois dizendo que não tem qualquer problema relativamente ao plano e ao orçamento e às situações pontuais que lá estão e que essas prioridades deve ser efetivamente o executivo a defini-las mas que antes disso se deve saber onde estamos e para onde vamos, devendo haver objetivos definidos e planificação, sem a qual não se chega a parte alguma.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usou da palavra para se referir à reedição do livro sobre o castelo de Porto de Mós e talvez, aproveitando os novos estudos sobre o castelo, enriquecer essa edição.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou depois da palavra para responder aos anteriores intervenientes, começando por **António José Teixeira** e dizendo que este usou uma palavra de que gosta muito – rigor – dizendo que essa é a grande virtude que este executivo tem, de chegar a finais de 2011e, fruto do tal rigor, ter essa “almofada” para poder programar o ano de 2012 à vontade. Passou depois a referir a totalidade da dívida do concelho de Porto de Mós, perguntando quantos concelhos deste país chegam ao dia de hoje, com as obras efetuadas como as que executivo efetuou e com seiscentos e cinco mil euros de dívida, manifestando a sua satisfação por tal facto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **António Ferraria** disse que a elaboração do orçamento é competência da Câmara cabendo à Assembleia aprová-lo, sendo isso que se está aqui a fazer.-----

-----A **Artur Vieira** disse que a questão do pagamento da ligação ao saneamento poderá ser efetuado faseadamente da forma que a Câmara entender razoável. Quanto à situação dos campos de ténis tem-se estado a aguardar o impasse do Campo da Fiandeira, pelo que, assim que essa situação estiver ultrapassada, a questão dos campos de ténis será desbloqueada também. No que se refere ao pavilhão de Mira de Aire, disse que o valor que está inscrito está em aberto, dizendo ser essa intervenção uma prioridade, porque o espaço está a degradar-se exponencialmente.-----

-----Respondendo depois a **António Rogério Vieira** agradeceu os elogios que este fez à ação do executivo e referiu que a água a Pinhal Verde, Moitalina, Chão da Feira e S. Jorge é uma obra extensa que urge fazer.-----

-----A **Pedro Vieira** disse que as taxas de execução serão apresentadas no relatório que aqui virá para apreciação em abril. Acrescentou ainda que se está perante um documento que tem que ser emolado para que possa haver alguma margem para decidir em função das circunstâncias.-----

-----Respondendo depois a **Olga Silvestre**, pediu que lhe entregasse o documento que esta havia lido para entregar ao líder da oposição na Assembleia da República, pois este diria o mesmo em relação ao Governo. Referiu as palavras da deputada quando esta diz que a situação é excecional e concordando com ela, diz que é preciso é saber ultrapassá-la. Disse ainda que a intervenção da deputada consiste em plasmar a declaração de voto dos vereadores da oposição aqui na Assembleia Municipal. Disse depois que as obras que constam do plano de atividades são pensadas e executadas a pensar nas pessoas passando a enumerar algumas dessas atividades. -----

-----Interveio o deputado municipal **Virgílio Casimiro** fazendo um ponto de ordem à mesa, dizendo que o senhor Presidente da Câmara está aqui para dar esclarecimentos ao órgão colegial que é a Assembleia Municipal e não para fazer política.-----

-----O senhor Presidente da Câmara continuou, dizendo que a deputada municipal Olga Silvestre na sua intervenção se contradiz do princípio ao fim à semelhança do que acontece com Carlos Venda e Luís Monteiro. Disse depois, respondendo a **Carlos Venda**, que este só desde há cinco anos a esta parte fala de planificação, tendo podido falar de planificação também há dez anos atrás. Disse ainda que para Carlos Venda fazer obras basta-lhe ter ideias. Dirigindo-se depois a este deputado referiu que as obras que têm sido feitas na freguesia de que é presidente, têm sido apoiadas pela câmara não obstante ele omitir isso.-----

-----A **Luís Monteiro** disse que o espaço social foi criado por este executivo e que já anteriormente havia dificuldades, estando, infelizmente, a ser muito utilizado o que revela a situação de carência das pessoas.-----

-----A **Joaquim Santiago**, disse relativamente ao investimento no Juncal que existem rubricas genéricas com esse fim, referindo as obras que nos últimos anos foram feitas no Juncal e dizendo que nesta altura existem prioridades noutras freguesias. Esclareceu ainda que, quanto à Casa Calado, está tudo pago.-----

-----Quanto a **Virgílio Casimiro**, disse que as medidas de redução da despesa estão implícitas na gestão do dia a dia.-----

Respondendo depois a **Luís Monteiro**, comentou o facto de aquele haver dito "como é possível apresentar este orçamento". Referiu a contradição daquele interveniente dizendo como é que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível apresentar um orçamento que diz ter um valor elevadíssimo em face da conjuntura económica atual, perguntando se o queria reduzido a metade, dizendo que se calhar seria realista mas que não deixava espaço de manobra para nada. Referiu depois a contradição que o deputado revelou ao querer mais apoio social, mais saneamento, mais desenvolvimento económico. Continuou dizendo que não consegue fazer obras sem dinheiro ao contrário do que acontece com Carlos Venda dizendo só agora perceber porque é que o programa eleitoral daqueles deputados referia planeamento a vinte anos.

Dirigindo-se a Carlos Venda disse que de facto no que toca à educação nunca estiveram de acordo, porque aquele sempre defendeu a extinção das escolas de S. Bento, Serro Ventoso, Arrimal e Mendiga e que tudo se localizasse em Porto de Mós. Disse ainda que uma criança de S. Bento, a ser assim, teria que se levantar às seis da manhã. Disse ainda que felizmente se fizeram obras que garantiram excelentes condições em S. Bento e Serro Ventoso e médias condições em Mendiga.

O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra disse que queria pedir ao executivo e aos deputados para serem sintéticos e para se restringirem à análise e debate dos documentos em causa, abstendo-se de qualquer tipo de campanha.

Virgílio Vieira Casimiro, reiterou o ponto de ordem à mesa que fez, dizendo que a Assembleia Municipal é um órgão que existe para fiscalizar a Câmara Municipal, não estando aqui para levar pancada política e pedindo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para se impor nesse sentido quanto à atitude do senhor Presidente da Câmara.

Seguidamente, o senhor Vice Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder às questões técnicas colocadas por **António Pereira Carvalho**, agradecendo as referências feitas ao trabalho. Disse concordar com este interveniente quando este diz que prever nos dias de hoje é algo incerto, referindo que nos dias de hoje a gestão tem de ser feita com muita flexibilidade. Disse ainda que este orçamento é um documento previsional a um ano sendo suscetível de haverem desvios anormais nas suas taxas de execução.

Continuou, referindo-se à verba de um milhão e trezentos e sessenta mil euros que este deputado mencionou, dizendo que é basicamente constituída por transportes, fornecimento de bens e serviços e que as entidades que faturam esses valores são a Rodoviária Nacional, a ADP, Centro Paroquial do Juncal, Cassac, Casa do Povo da Calvaria de Cima, com o fornecimento das refeições escolares.

Referiu-se depois à receita e à rubrica de rendimentos de propriedades com o valor de um milhão e trezentos e setenta e um mil euros que este deputado municipal também referiu, tendo passado a esclarecer que a rede elétrica é do município, que debita à EDP, que paga pelo aluguer dessa rede tendo esta receita muito mais peso que a receita proveniente do parque eólico de Chão de Falcão.

Referiu-se depois ao empolamento do Orçamento dizendo que quando se assume a responsabilidade de fazer um investimento, têm que se conhecer as fontes de financiamento asseguradas. Quanto à redução de pessoal em 9,2% disse resultar por força de uma obrigatoriedade legal do que propriamente por opção pessoal.

Não havendo mais intervenções passou-se à votação do ponto 1 da Ordem de Trabalhos - **Grandes Opções do Plano para o ano de 2012** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com 7 (sete) votos contra, 1 (uma) abstenção e 22 (vinte e dois) votos a favor.

2. Mapa de Pessoal para o ano de 2012:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que a questão do mapa de pessoal resulta da lei tendo que ser aprovado pela Assembleia Municipal no âmbito das competências que lhe estão cometidas. Disse depois que se está perante um quadro de pessoal mais reduzido do que aquele que foi aqui apresentado há um ano, estando hoje previstos 333 funcionários quando há um ano eram 345 e onde se fala de 64 lugares a prover, há ano falava-se em 111. Esclareceu que estes lugares a prover se destinam às escolas.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):** usando da palavra perguntou quantos funcionários é que iriam este ano para a aposentação. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder dizendo que é difícil responder, dado que ainda ontem se recebeu uma resposta relativamente a um funcionário que há um ano atrás tinha pedido a aposentação, só agora tendo sido despachada.-----

-----**Virgílio Casimiro** interveio novamente perguntando qual a média etária dos funcionários da autarquia tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que neste momento existe muita gente jovem. Continuou dizendo que se a idade de reforma se tivesse mantido nos 55 anos, todos os anos havia meia dúzia de reformados, mas como essa idade foi alterada para 65 vai haver um tempo alargado em que o número de reformas se reduziu bastante.-----

-----**Virgílio Casimiro** voltou a questionar o senhor Presidente da Câmara perguntando qual a média de funcionários por dez mil habitantes tendo este respondido que essa questão foi levantada há algum tempo pelo jornal "O Portomossense" que fez uma comparação entre as diversas Câmaras da zona. Virgílio Casimiro referiu que a sua pergunta tem a ver com o facto de esses funcionários serem pagos com os impostos de todos-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **2. Mapa de Pessoal para o ano de 2012** – posto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2012:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal veio dizer que apesar deste ponto já ter sido discutido o abriria novamente a debate perguntando ao executivo se desejava acrescentar mais alguma coisa, tendo o senhor Presidente da Câmara dito que não. Seguidamente perguntou ao plenário se alguém queria intervir, tendo-se inscrito António José Meneses Teixeira (PS) e Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD).-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usou da palavra referindo-se à declaração de voto subscrita pelos senhores vereadores da oposição, sem pelouro, perguntando se lhe pode dirigir diretamente algumas questões, tendo o senhor Presidente da Câmara anuído. Assim, continuou, passando a apontar as incongruências entre o discurso de Carlos Venda, principalmente no que se refere às pedreiras e à pedra que considera como um dos principais recursos económicos deste concelho e aquela declaração de voto, perguntando se fazem parte do mesmo partido. Passou depois a ler um extrato daquele documento: "Em contrapartida, o paradigma deste orçamento é mais uma aposta forte em passeios (mais de 150 000€)" . Terminou perguntando em que ficamos.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse que queria apenas fazer um pequeno comentário e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu que este não pode dizer que alguém defendeu alguma vez que as freguesias da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serra deviam ficar sem escolas e que vinham todas as crianças para Porto de Mós, reforçando que não é correto dizer isso porque não é verdade.-----

-----Continuou depois fazendo referencia às palavras do senhor Presidente da Câmara quando este disse que aquele tinha o dom de fazer obras sem dinheiro, dizendo que em Serro Ventoso no primeiro ano, independentemente dos recursos, a equipa que lá está faz a análise do que é necessário para a freguesia para os próximos dez anos. Essas prioridades são escritas, clarificadas e discutidas. Depois disso, agarra-se no dinheiro possível e vai-se executando o que é possível com os recursos que existem, pelo que não se trata de qualquer dom mas que se trata do mínimo que todos deviam fazer.-----

-----Usou da palavra seguidamente, o senhor vereador **Luís Almeida**, congratulando-se por António José Teixeira ter pedido esse esclarecimento, disse dirigindo-se à mesa, que enquanto vereadores da oposição não podem falar nas assembleias municipais, a menos que o senhor Presidente da Câmara o autorize, mas também não é costume o presidente fazer criticas aos vereadores da oposição, tendo hoje acontecido isso. Por duas ou três vezes os vereadores da oposição foram aqui chamados e criticados e da parte do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não houve o cuidado de perguntar se os vereadores da oposição queriam responder ao senhor Presidente da Câmara, dizendo ser esta pequena critica que queria aqui deixar, porque se for pedir ao senhor Presidente da Câmara para responder contra ele próprio, ele irá dizer que não. Quanto à questão da declaração de voto, disse que a mesma aconteceu porque os vereadores da oposição não concordam com aquilo que o senhor Presidente da Câmara aqui abordou quando falou da ação social. Esta ação social que o senhor Presidente aqui falou e que faz parte do orçamento para 2012 é a mesma ação social que fez parte nos orçamentos de 2009, 2010 e 2011, perguntando se o ano de 2012 é um ano idêntico ao ano de 2009, para as famílias carenciadas e desempregadas. Disse depois que o senhor Presidente da Câmara diz que é tudo ação social dizendo há cinco anos que dá refeições a 500 crianças do concelho de Porto de Mós, pelo que para 2012 não há nada de novo, mantendo aquilo que vinha dos anos anteriores. Continuou depois perguntando ao senhor Presidente se ele sabia o que tinham feito os seus colegas de Câmaras com problemas, dizendo que abriram as cantinas aos fins de semana para dar as refeições às crianças que comem uma vez por dia conforme disse a vereadora Rita Cerejo numa entrevista que deu ao jornal "O Portomosense".-----

-----Continuou depois dizendo que, quando na declaração de voto se fala em passeios, o que acha é que se deve dar prioridade à ação social.-----

-----O senhor Presidente da Câmara interrompeu e dirigindo-se à mesa da Assembleia disse que o senhor Vereador estava a exagerar dizendo que o autorizou a responder apenas à questão que o deputado António José Teixeira lhe colocou.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, usando da palavra disse ao vereador Luís Almeida que ele havia sido autorizado a usar da palavra para prestar um esclarecimento, dizendo que está benevolmente a deixá-lo tecer outras considerações, mas que tem que lhe chamar a atenção de que está a extrapolar.-----

-----O vereador Luís Almeida disse que para responder à pergunta que lhe foi colocada tem que dizer porque é que não concorda com os passeios, ou melhor, disse concordar com os passeios desde que se dê prioridade à ação social. Disse ainda que para além disso, não concorda com o mapa que o senhor Vice-Presidente aqui apresentou, porque este se esqueceu que no orçamento os custos que lá estão para a ação social não são os custos efetivos da Câmara. Os custos efetivos são a diferença entre as receitas e as despesas, sendo que o rácio que está a apresentar são única e exclusivamente os custos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que queria esclarecer o senhor Vereador que, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal os vereadores da oposição podem sempre usar da palavra desde que peçam autorização ao Presidente da Câmara, não sendo o Presidente da Assembleia que tem de assumir "as dores" dos deputados da oposição. Continuou dizendo que o senhor vereador não pediu a palavra porque não quis e presumiu logo o senhor Presidente da Câmara não lha daria, dizendo que aquele nunca recusou a palavra a ninguém.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos – **Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2012** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com 7 (sete) votos contra, 1 (uma) abstenção e 22 (vinte e dois) votos a favor.-----

4. Proposta de Alteração por adaptação do PDM ao POPNSAC:

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara passou a dizer que este documento já esteve aqui em discussão em 18.12.2010, tendo sido rejeitado por unanimidade. Disse depois que o documento que se apresenta hoje, não é muito diferente daquele, contendo no entanto algumas nuances que favorecem muito o concelho. Continuou dizendo que decorre da lei que tenhamos que fazer a adaptação do PDM ao POPNSAC, ainda que isto não seja aprovado, a própria lei remete para a obrigatoriedade de cumprimento do Plano de Ordenamento do Parque, uma vez que hierarquicamente é superior pelo que o PDM tem que se submeter às regras impostas pelo Plano de Ordenamento do Parque. No tempo que decorreu entre essa sessão e a de hoje houve algumas evoluções relativamente a esta matéria. Disse ter reunido com o secretário de estado onde manifestou a sua preocupação acerca destas matérias e que o feedback que tem é que o assunto estava a ser tratado para haver outra reunião em janeiro, estando as coisas bem encaminhadas. Entretanto e até lá, disse que se poderão resolver pontualmente algumas questões adaptando o PDM ao POPNSAC, dado que este tem, como já disse, algumas nuances que nos favorecem, concretamente, algumas correções que houve, de aglomerados urbanos que até aqui não estavam definidos em cartas topográficas, o que nos vai permitir ultrapassar uma questão que tem a ver com matos de proteção, ou seja, nós tínhamos em zonas que não estavam representadas cartograficamente, um subsistema que eram os matos de proteção onde a construção era expressamente proibida. Disse que o que se estava a propor era que na adaptação a este Plano de Ordenamento conciliemos o PDM nestes pequenos pormenores que podem fazer toda a diferença.-----

-----Referiu-se depois às alterações no Regulamento do PDM, que constam da documentação distribuída a todos os deputados municipais.-----

-----Terminando, disse que isto não tem nada a ver com a revisão do PDM, e que o que se está aqui a fazer é a tentar minimizar alguns aspetos.-----

António da Conceição Ferraria (CDU):

-----Usando da palavra referiu que o Plano de Ordenamento das Serras de Aire e Candeeiros é bastante restritivo para as populações que lá vivem, determinando até o número de oliveiras que se podem plantar por hectare, dizendo que continua com algumas reservas em relação a tudo isto.-----

Ana Maria Martins Narciso (PSD):

-----Passou a dizer que esta situação exige uma atenção redobrada, dado que o que se está a pedir hoje é que se vote favoravelmente o que em dezembro de 2010 mereceu, por unanimidade o voto contra. Continuou dizendo que quer saber de facto, que benefícios trás às populações esta aprovação. Disse ainda achar que se está a tratar este assunto com alguma ligeireza, porque o que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

antes não servia, agora já serve as populações, dizendo que este assunto mereceria que alguém viesse aqui explicar ponto por ponto o que é que está em causa. Disse ainda que ouviu muitas críticas em relação ao PNSAC, em relação a esta matéria e que lhe custa muito estar a votar contra e um ano depois a votar a favor, pelo que gostaria de ser esclarecida.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que o que em dezembro aqui foi ponderado foi se haveria algum inconveniente para o município pelo facto de se votar contra. Hoje, o senhor Presidente já esclareceu que há vantagem para o município com a aprovação desta adaptação.--

-----**Rui Fernando Correia Marfo (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Relativamente a esta matéria disse que se não houvesse qualquer alteração votaria contra conforme o fez em dezembro passado. Disse depois que segundo o que conseguiu apurar é que neste momento temos uns aglomerados urbanos definidos pelo parque, temos uns aglomerados urbanos definidos pelo PDM, temos uns aglomerados urbanos verdadeiros e reais, que são os que existem no terreno. Disse depois que o que o leva a votar a favor é a alteração dos artigos 26º e 35º

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referindo-se ao documento em apreço, disse que em comparação com o do ano anterior é menos mau permitindo resolver algumas situações, merecendo assim a sua aprovação.-----

-----Disse depois que queria chamar a atenção do executivo para o PDM perguntando se a Câmara tem algum grupo de trabalho para tratar desse assunto, pois só com um novo PDM se conseguirão ultrapassar muitas das situações existentes. -----

-----**António José de Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Disse apreciar a política cirúrgica que a Câmara de Porto de Mós fez, e bem, em relação a três espartilhos a Porto de Mós e que estão sufocando cada vez mais o concelho, referindo-se à Direção dos Parques Naturais, do IGESPAR e da Direção Geral de Florestas e Agricultura, que são muito pouco flexíveis nestas situações, sendo por isso que vai votar a favor desta proposta, ou seja, mais pela atitude de trabalho desenvolvido por parte da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que **Rui Marfo** deu aqui uma excelente achega, o que não é de admirar atendendo à sua atividade profissional. A **António Ferraria** disse que concorda com o que disse quanto ao facto de o Plano de Ordenamento do Parque ser muito restritivo, referindo que o olival tradicional é permitido na zona do Parque mas que o olival intensivo não é permitido.-----

-----A **Ana Narciso** disse que as duas situações são diferentes e fazendo menção ao mapa que acompanha os documentos que foram distribuídos, diz que o mesmo refere as áreas que passam a estar resolvidas. Quanto à questão do PDM, disse que está parado à espera que o parque dê o seu parecer. Disse ainda que existe um grupo de trabalho constituído por catorze entidades e que existem algumas situações a acertar, sendo necessário ir ao terreno para que tal aconteça. Assim que o Parque der o seu parecer e que sejam efetuados esses pequenos acertos, o PDM virá a esta Assembleia para ser aprovado.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o ponto 4 da ordem de trabalhos – **Proposta de Alteração por adaptação do PDM ao POPNSAC** – tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com 1 (um) voto contra, 1 (uma) abstenção e 28 (vinte e oito) votos a favor. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a referir que nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, no seu artigo 10º, nº 3 diz que “Os vereadores (não distinguindo entre vereadores com ou sem pelouro) *devem assistir às sessões da assembleia municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da Câmara ou do seu substituto legal*” acrescentando ainda o nº 5 do mesmo artigo que “Os vereadores podem ainda intervir para o exercício de defesa da honra”, dizendo ao vereador **Luís Almeida** que não era o Presidente da Assembleia que tinha que lhe dar a palavra mas sim ele é que tinha que a pedir para defender a honra. -----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que nesta casa todos se conhecem razoavelmente bem, dizendo ter uma enorme estima por todos, mas efetivamente o senhor Presidente da Assembleia não pode deixar passar determinadas coisas, quando alguém ofende outrem ou se existe uma má resposta a outrem, deve interromper e criticar aquela atuação seja ela de quem for, ainda que seja do Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Assembleia, respondeu que tinha a sua postura e que queria que esta Assembleia fosse livre dentro dos limites do razoável, e quando for preciso impor a ordem ela será imposta, dizendo que as sessões desta Assembleia têm decorrido com elevação.-----

-----**5. Alienação do Edifício Sede da AMLEI:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para explicitar a situação em causa, dizendo que as Câmaras associadas da AMLEI são proprietárias de um edifício em Leiria onde a mesma tinha sede. Houve a necessidade de mudar essa sede para um espaço mais adequado não se justificando manter a propriedade do dito edifício, uma vez que vazio só se deteriora, não configurando este uma mais valia, na medida em que já não tem efetivamente uma função adstrita. Assim o que se propõe à Assembleia Municipal é que esta autorize abertura de procedimento para a alienação do referido edifício, através de hasta pública, pelo preço base de seiscentos e cinquenta mil euros, na parte de que é legítima proprietária. -----

-----Não havendo intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Alienação do Edifício Sede da AMLEI** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Alienação de participação financeira da Sociedade WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que o Município de Porto de Mós detém uma comparticipação de 1,95% (1500 ações) do capital social da sociedade WRC-Web para a região centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA. Disse ainda que esta sociedade com o aparecimento de Leiria Região Digital, deixou de fazer sentido. Assim o que se está aqui a propor, à semelhança do que acontece com os outros municípios, é a aprovação pela Assembleia Municipal da alienação da participação (1500 ações) do capital social da sociedade WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual montante do capital investido, tendo este respondido que se trata de sete mil e quinhentos euros.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se ninguém quer a sociedade, porque é que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não a liquidam.

António Pereira Carvalho (PSD):

Usando da palavra referiu que se existir algum parceiro a querer comprar, é claramente melhor vender porque a dissolução de uma empresa tem custos.

O senhor Presidente da Câmara passou a dar esclarecimentos adicionais aos anteriores intervenientes, dizendo que a sociedade se situa na zona da Cúria tendo sido criada, na altura com, sensivelmente os mesmos fins da Leiria – Região Digital, para servir toda a zona centro. Trata-se portanto de ações que a Câmara subscreveu na altura e que hoje, na prática não se justificam.

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a pôr à votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Alienação de participação financeira da Sociedade WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com uma abstenção e 29 (vinte e nove) votos a favor.**

7. Fixação da Taxa Municipal sobre direitos de passagem prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas:

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que a fixação desta taxa deriva da lei e que é competência da Assembleia Municipal estabelecer e fixar os quantitativos correspondentes sob proposta da Câmara Municipal. Passou depois a dizer que a proposta que a Câmara apresentou foi no sentido da fixação a taxa municipal de direitos de passagem em 0.25% para o ano de 2012. Acrescentou que isto se traduziria num valor de cerca de cinco mil euros por ano, o que não dá para suportar os prejuízos que estas entidades dão ao município, na rede viária.

António da Conceição Ferraria (CDU) pediu a palavra para perguntar porque é que essas entidades não pagam mais, dizendo o senhor Presidente da Câmara que concorda com esta sugestão.

Virgílio Vieira Casimiro (PSD), disse também que dado que essa taxa se reflete nas faturas quem paga somos todos nós.

Não havendo mais intervenções foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Fixação da Taxa Municipal sobre direitos de passagem prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**

O senhor Presidente da Assembleia referiu que se iria debruçar agora sobre a moção apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal pedindo a solidariedade desta Assembleia no que respeita à manutenção da Estação de Correios dos CTT, na vila do Juncal. Disse depois que iria passar a ler o texto, que a seguir se transcreve:

Junta de Freguesia de Juncal

ABAIXO-ASSINADO

SERVIÇO PÚBLICO DE CORREIOS – SIM!

ENCERRAMENTO DA ESTAÇÃO DE CORREIOS DE JUNCAL E ENTREGA

DE SERVIÇOS A PRIVADOS – NÃO!

Os cidadãos e cidadãs abaixo assinados, utentes (clientes da Estação de Correios de Juncal consideram os CTT, instituição centenária, como boa prestadora de um serviço público postal imprescindível ao desenvolvimento sócio-económico das populações em geral e da de Juncal em particular.

Confrontados com a ameaça de encerramento da nossa Estação de Correios e sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

substituição por um posto de correios a cargo de terceiros, manifestamos por esta forma o nosso firme e veemente repúdio a tal intenção da Administração dos CTT – Correios de Portugal, SA. Sendo uma empresa de capital exclusivamente estatal à qual cabe manter e melhorar a Rede Pública Postal, logo, em nosso firme entender, manter e melhorar a nossa Estação de Correios de Juncal, recusamos por tal, o seu encerramento e principalmente que os serviços por ela prestados sejam transferidos para uma mercearia, um particular ou qualquer outra entidade.

-----Prezamos a qualidade dos serviços prestados até agora pela nossa Estação dos Correios e, não sendo passível de discussão ou alienação, a manutenção do sigilo das nossas comunicações postais, dos nossos relacionamentos oficiais e/ou comerciais, bancários, poupanças e outros. Em suma, não aceitamos que a nossa vida privada, pois disso se trata, passe pelas mãos de outros que não os funcionários dos CTT que, por obrigação e formação têm cumprido exemplarmente, nesta como noutras matérias as suas funções.

-----Assim, por considerarmos ainda que, a cumprir-se tal propósito da administração dos CTT, tal terá consequências irreversíveis:

-----1. Na qualidade e quantidade dos serviços prestados e dos horários de atendimento;

-----2. Na garantia de continuidade dos CTT em Juncal (ainda mais agora que se anuncia uma possível privatização da empresa);

-----3. No atendimento personalizado, confidencial e sigiloso.

-----Nós abaixo assinados, cidadãos e cidadãs de Juncal e utentes (clientes) da Estação de Correios com o mesmo nome, recusamos liminarmente o seu encerramento e/ou transformação bem como a entrega dos serviços por ela prestados, no todo ou em parte a terceiros e exigimos aos CTT a manutenção, operada por pessoal dos CTT, da nossa Estação de Correios.”

-----Continuou dizendo que a Câmara Municipal deliberou associar-se ao abaixo assinado “manifestando a nossa preocupação pelo encerramento da referida estação, até porque serve uma zona de grande potencial económico, servindo muitos empresários na liquidação dos seus impostos”.

-----Disse depois achar que a Assembleia Municipal também deve associar-se a esta posição dos juncalenses, passando a colocar o documento supra, a discussão.

-----**António José de Meneses Teixeira (PS):**

-----Manifestou a sua indignação dizendo que é uma vergonha e que se trata de gente que só sabe vender. Disse ainda que o serviço nacional prestado tem mais de cem anos e que é uma vergonha estar-se agora a extinguir. Referiu depois que não se trata apenas dos CTT, mas também a EDP, as Águas de Portugal que são descartados e vendidos ao desbarato.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):** usou da palavra para dizer que se associa a esta causa e que o Juncal deve lutar por ela de forma a conseguir manter a Estação de Correios. Continuou dizendo que se não se conseguir isso, numa segunda fase é importante que a negociação passe pela Junta de Freguesia e que o posto de correios não vá cair nos privados.

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**

-----Usou da palavra para manifestar a sua solidariedade relativamente à população do Juncal na defesa da manutenção da Estação dos CTT naquela vila.

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**

-----Usando da palavra, disse que para se aprovar uma moção tem de existir um documento escrito e proposto sobre o qual recairá a deliberação desta Assembleia.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):**-----

-----Usando da palavra disse que quanto aquilo que Carlos Venda disse, acha que ele tem razão, sendo essa a intenção. No entanto os seus congéneres, Presidentes de Junta têm aceite nas Juntas de Freguesia os serviços dos correios como simples postos de correio, ao contrário do que se passa na Juncal em que há como que uma despromoção de Estação para Posto de Correio, dizendo ter a obrigação de defender a sua freguesia e a população, levando até às últimas consequências essa luta. Na hipótese de se chegar à conclusão que não há nada a fazer, então sim, estará disponível para ter essa negociação relativamente ao Posto.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse depois que também se comprometia a entregar à Administração dos CTT a moção que daqui sair aprovada.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD)** disse dirigindo-se a António José Teixeira que ficou um pouco incomodada com a forma e linguagem usada por este, acrescentando depois – e referindo-se à política nacional – que é preciso não esquecer porque é que chegámos aqui, dizendo ainda que este usou uma linguagem inadequada para se dirigir a outros grupos parlamentares.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que esta Assembleia com este presidente nunca deixará baixar o nível, mas manterá a liberdade.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi a **presente moção posta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que queria deixar um ponto para reflexão dos deputados, para que na próxima assembleia se possam ouvir as suas opiniões sobre isso. Continuou dizendo que lhe têm chegado opiniões de alguns deputados, mais concretamente de dois, que acham que a Assembleia elevaria o seu nível se se colocasse um púlpito de onde os deputados viessem a falar. Disse que em sua opinião pessoal, isso coartaria a espontaneidade e a liberdade dos deputados, dizendo ainda achar que este modelo tem funcionado. No entanto se os senhores deputados acharem que isto faz sentido e se for isso que queiram, na próxima sessão irá perguntar isso formalmente.-----

-----**8. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que iria prescindir de ler o documento que foi enviado a todos os deputados, dizendo apenas querer fazer uma correção no que diz respeito à parte “*Industria e Energia*”, quando se diz no último parágrafo “*concluído o saneamento e pavimentação e alargamento do arruamento de acesso ...*” é à zona industrial e não à Junta de Freguesia de Mira de Aire.-----

-----**Rui Fernando Correia Marfo (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Referindo-se ao ponto 13 do documento em análise, nomeadamente à realização de 3 ações de gestão de combustível com recurso a fogo controlado, dizendo que em determinada altura foi contactado pelo senhor Engenheiro Florestal, no sentido de se fazer uma ação em Alqueidão da Serra, perguntando se a mesma se realizou ou não. Quis depois ainda salientar as ações de esclarecimento que foram feitas pelo Gabinete de Ambiente da Câmara Municipal de Porto de Mós, junto das Juntas de freguesia, apelando à Câmara para que não se fique por aqui, referindo que no Alqueidão estava uma sala bem composta.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse que queria penas dizer uma frase ao senhor Presidente da Câmara – Turismo Leiria /Fátima, onde estamos e para onde vamos.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Disse que não viu, se e qual a verba inscrita neste Orçamento para o Prémio Oliveira Perpétua. Disse depois só para reforçar que a data em que recebeu a documentação destinada a esta Assembleia foi muito apertada relativamente à data de realização desta, pedindo que na próxima convocatória isto não volte a acontecer porque são documentos que exigem muito estudo e reflexão.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia disse tinha que esclarecer essa situação, dizendo que a reunião de Câmara foi no dia 6 e se esta sessão não fosse hoje, seria na véspera de Natal ou do Ano Novo. Disse que houve ponderação e que foi uma inevitabilidade.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Perguntou porque é que a reunião de Câmara não foi feita uma semana antes, para que os deputados pudessem ter tempo para estudar o assunto.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):** disse querer reiterar o que Ana Narciso disse, acrescentando ainda querer fazer uma advertência ao senhor Presidente da Assembleia, de que se tem que contar sempre com cinco dias do correio.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que quando tem consciência de que fez algo de mal não tem problemas em o assumir, mas o que é um facto é que no dia 9 em Oeiras, recebeu a documentação, tendo ficado com uma semana para estudar os documentos, afirmando que não houve qualquer negligencia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a **Rui Marto**, dizendo que o fogo controlado voltará a ser feito logo no inicio do ano, assim que as temperaturas o permitam, referindo ainda outras condicionantes para que esse processo tenha lugar, tais como a nidificação, havendo questões ambientais que têm, de ser devidamente ponderadas. Assim é um processo que apenas pode ter lugar durante curtos períodos de tempo, tendo sido feita na encosta de Pedreiras, por exemplo. Quanto às sessões de esclarecimento têm sido muito úteis, tendo dado os seus frutos.--

-----A **Carlos Venda** relativamente à questão da Região de Turismo Leiria/Fátima, disse que Porto de Mós assumiu a presidência da Região de Turismo Leiria/Fátima porque a situação económica é muito complicada, tendo-se herdado um passivo muito elevado, claramente fruto de má gestão e pondo em riscos os postos de trabalho existentes.-----

-----A **Ana Narciso** disse que o Prémio Oliveira Perpétua não figura no orçamento, atendendo ao facto de não existir regulamento específico para ele, dizendo que o que existem são rubricas genéricas que servirão para na devida altura atribuir esse prémio, dizendo ser irregular estar-se a aprovar em orçamento uma coisa que não está regulamentada.-----

-----A **Virgílio Casimiro** disse que a razão porque a reunião e Câmara não foi feita anteriormente é a mesma razão pela qual a sessão da Assembleia podia ter sido adiada, tendo o senhor Presidente da Assembleia entendido que seria mau para todos fazer-se uma Assembleia Municipal na véspera de Natal ou na véspera de Ano Novo. Disse ainda que não se conseguiu ter o Plano de Atividades pronto antes, em termos de Câmara, porque estava a sair legislação todos os dias que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

implicava alterações ao nível do Orçamento de Estado, condicionando assim estes trabalhos.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações: **Grandes Opções do Plano para o ano de 2012; Mapa de Pessoal para o ano de 2012; Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2012; Proposta de Alteração por adaptação do PDM ao POPNSAC; Alienação do Edifício Sede da AMLEI; Alienação de participação financeira da Sociedade WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.; Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de passagem prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas**, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.30 do dia 17 de dezembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

